

UNIPAMPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIA VITÓRIA VIEIRA GONÇALVES LA REGINA

**RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989): PASSOS PARA A INTEGRAÇÃO**

**Santana do Livramento
2014**

MARIA VITÓRIA VIEIRA GONÇALVES LA REGINA

**RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989): PASSOS PARA INTEGRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Rafael Balardim

**Santana do Livramento
2014**

R335r Regina, Maria Vitória Vieira Gonçalves La
RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989): PASSOS PARA A INTEGRAÇÃO /
Maria Vitória Vieira Gonçalves La Regina.
51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do
Pampa, BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2014.
"Orientação: Rafael Balardim".

1. Brasil. 2. Argentina. 3. José Sarney. 4. Raúl Alfonsín. 5. Integração. I.
Título.

CDD: 327.8

MARIA VITÓRIA VIEIRA GONÇALVES LA REGINA

**RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989): PASSOS PARA A INTEGRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/09/2014.

Banca examinadora:

Prof. Me. Rafael Balardim
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Me. Rafael Schmidt
UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Apreendi que devemos sempre agradecer por tudo que nos acontece na vida. Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu amor incondicional. À meus pais pelo apoio em todos os momentos, confiando e acreditando em mim mesmo quando digo que não consigo. À minha avó Nuria por ter a paciência de ficar escutando eu ler muitas vezes o que havia escrito. À minha irmã, por todos os dias dizer “ai mana para tu vai conseguir”. Agradeço ao Bruno por me escutar quando acho que não vou mais ter ideias para escrever. Obrigada a toda a minha família e amigos que de algum modo, seja em oração, seja com uma palavra, me incentivaram em toda esta minha caminhada.

Agradeço, também, a professora Lúcia, que me ensinou a ler e escrever e ao professor Felipe, pois graças a ele entrei na Universidade.

Principalmente, agradeço ao meu orientador, por não ter desistido de mim. Ele teve a paciência e a perseverança de continuar a me orientar. De maneira bastante particular demonstrou esperança e me deu força dizendo que eu iria conseguir.

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”.

João 3:16

RESUMO

O presente trabalho procura interpretar e compreender as relações entre os governos do Brasil e da Argentina durante o processo de redemocratização e os passos almejados para a integração regional efetiva. Para tal, busca-se, primeiramente, fazer uma leitura sobre a política externa de ambos os países para a América Latina durante o regime militar. Perceber-se-á que pouco a pouco as hostilidades e desconfianças existentes entre o governo brasileiro e argentino transformar-se-ão em cooperação e posteriormente em integração efetiva, principalmente com o apoio do Uruguai. Desenvolveu-se por meio de acordos uma integração que percorreu todo o período do governo de José Sarney e de Raúl Alfonsín, a fim de gradativamente consolidar-se o eixo Brasília-Buenos Aires. Firmou-se no período um novo patamar de relação entre governos dos principais países sul-americanos. Uma integração que começou de forma bilateral foi capaz de aos poucos abarcar outros países da região, que sentiram um interesse genuíno de participarem vislumbrando a possibilidade de prosperidade em torno de um bloco regional.

Palavras-Chave: Brasil – Argentina – José Sarney – Raúl Alfonsín - Integração.

RESUMEN

En este trabajo se trata de interpretar y comprender la relación entre los gobiernos de Brasil y Argentina durante el proceso de democratización y de los pasos deseados para una integración regional efectiva. Con este fin, se busca, en primer lugar, hacer una lectura sobre la política exterior de ambos países hacia América Latina durante el régimen militar. Poco a poco las hostilidades y la desconfianza existente entre el gobierno brasileño y el argentino se transformará en la cooperación y una mayor integración en efectivo, sobre todo con el apoyo de Uruguay. Desarrollado a través de acuerdos de integración que perduraron todo el periodo del gobierno de José Sarney y Alfonsín con el fin de construir gradualmente el eje Brasilia-Buenos Aires. Se instaló en el período de un nuevo nivel de relación entre los gobiernos de los principales países de América del Sur. Una integración que comenzó bilateral era capaz de abarcar progresivamente otros países de la región, que sentían un interés genuino para participar vislumbrando la posibilidad de prosperidad en torno a un bloque regional.

Palabras clave: Brasil - Argentina - José Sarney - Raúl Alfonsín - Integración.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA PARA A AMÉRICA LATINA DURANTE O REGIME MILITAR.....	13
3 PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1989) E ALFONSÍN (1983-1989)	26
4 A PRIORIDADE DA AMÉRICA LATINA E OS ACORDOS FIRMADOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1985-1990).....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

As relações entre os países pertencentes à América do Sul são provenientes de circunstâncias inevitáveis, tanto históricas como geográficas. Dentro América do Sul, porém, a atenção fundamental do Brasil, desde os tempos da colonização, abarcou, particularmente, os países da Bacia do Prata. As relações entre Brasil e Argentina historicamente foram marcadas por disputas que remontam ao tempo em que eram colônias de Portugal e Espanha na América. Ambos incorporaram em seus respectivos processos de afirmação nacional, a carga de antagonismos de suas ex-metrópoles. Na maioria das vezes, as disputas entre os vizinhos possuíam como objeto os constantes embates fronteiriços e as idas e vindas das negociações diplomáticas que buscavam demarcar as linhas divisórias entre os dois territórios.

O Brasil e seus vizinhos, nas suas controvérsias relativas a fronteiras, conservaram-se como sucessores de Portugal e Espanha e, por ocasião de sua independência, tiveram que fazer frente ao fato de que as pátrias mães não lhes legaram nenhum tratado pelo qual pudessem determinar seus limites. (...) Os novos países da América do Sul iniciaram a sua vida independente sem terem conhecimento da área precisa de suas fronteiras. (ARANHA, 2012, p. 117)

A rivalidade entre os vizinhos nasce da compreensão historicamente negativa, por parte dos argentinos, do papel brasileiro no transcurso da consolidação territorial da Argentina e cresce com o receio de um presumível desígnio hegemônico brasileiro. Para os argentinos, o elemento característico que acompanhou a constituição do Estado brasileiro foi a ânsia pela expansão, ao passo que a Argentina nasceu sob o signo da contenção. O espírito de rivalidade ressurgiu em vários momentos da história. Na Guerra Cisplatina (1825-1828), conflito em que o Brasil perdeu uma parte do seu território, denominado Província Cisplatina (região correspondente ao Uruguai) para a Argentina. Na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), também conhecida como Guerra do Prata, onde o Império Brasileiro, a Confederação da Argentina e a República Oriental do Uruguai disputaram pela hegemonia na região do Rio do Prata. E, posteriormente, “as desconfianças afloradas na época da Segunda Guerra Mundial e, ao tempo do regime militar brasileiro, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu” (MAIA, 2011, p.2).

A Argentina, através dos séculos, modificou a sua ideologia. No final do século XIX vislumbrou e arquitetou o futuro com confiança. No século XX retratou o

passado com nostalgia. E, no século XXI buscou integrar essas percepções contrastantes em uma combinação de esperança e nostalgia para acreditar no futuro animador para o país. O Brasil buscou se adaptar cada etapa da relação com a Argentina. Muitas vezes respondeu com uma postura firme acompanhada por rivalidade estratégica, em outros momentos, buscou a estabilidade estrutural pela cooperação através de um grande esforço diplomático.

A partir da segunda metade do século XX, a política externa brasileira intensificou-se na busca do desenvolvimento autossustentável e maior poderio nacional, procurando consolidar relações com vários países. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil sofreu várias crises políticas e institucionais, culminando com a implantação do regime militar. Com o fim da ditadura, o país passou por uma etapa de transição para um novo regime, concluído com o advento das eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

Muitas vezes, devido a crises que acarretaram no endividamento externo, principalmente na década de 1980, o diálogo Norte-Sul ficou muito difícil. Diante disso, em relação aos países em desenvolvimento, o Brasil buscou captar a confiança e intensificar parcerias, criando canais mais dinâmicos de relacionamento. Nesta busca por parceiros, a Argentina, antiga rival histórica, ganhou um lugar de destaque devido a vários fatores. Esta pesquisa abordará as relações entre o Brasil e Argentina no processo de redemocratização, entre os anos de 1985 a 1989, bem como a trajetória dos vizinhos na construção da integração regional.

As relações Brasil-Argentina sofreram inúmeras oscilações até a década de 1980, a partir de então, com Sarney na presidência do Brasil e Alfonsín na presidência da Argentina consolidou-se pouco a pouco o eixo Brasília-Buenos Aires. Diante disso, visa-se esclarecer no presente trabalho quais os fatores que possibilitaram este estreitamento entre países vizinhos e, principalmente, qual a importância efetiva dos acordos firmados neste período para a formulação das bases para a criação do MERCOSUL?

A hipótese ao presente questionamento é que desde a segunda Guerra Mundial a região sul do continente americano passou por grandes abalos, tanto econômicos quanto políticos e sociais. Primeiramente, houve a implantação do regime militar na maioria dos países, depois, o processo de redemocratização. E, devido a heranças de outros governos, a maior parte dos países latino-americanos

estabeleceu moratórias na década de 1980. Todos esses fatores influenciaram sobremaneira na relação com seus pares no continente. Além do mais, a crise da dívida e a guerra das Malvinas demonstraram a vulnerabilidade regional, dificultando o diálogo norte-sul. Como consequência os governantes deram privilégios para os países vizinhos. Repercutindo isso, no estreitamento das relações entre Sarney e Alfonsín.

No período correspondente a ambos, firmaram-se vários acordos que devido ao conteúdo possibilitaram que os dois países aumentassem sua influência regional. Por meio desses, Sarney e Alfonsín procuraram uma saída democrática para os problemas que enfrentavam, optando por buscar um progresso conjunto e abrangente, de forma cautelosa.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar as diferenças da diplomacia brasileira e argentina no início da década de 1980 e no período correspondente a Sarney e Alfonsín, demonstrando como este período foi importante na formação do MERCOSUL. Como objetivos específicos buscam-se analisar a mudança nas relações Brasil-Argentina na década de 1980, evidenciando se tais relações privilegiavam ou não a América Latina e evidenciar a importância dos acordos firmados entre José Sarney e Alfonsín para a institucionalização do processo de integração na região.

A decisão de pesquisar acerca das relações entre o Brasil e a Argentina, principalmente no decorrer do processo de redemocratização se dá pela relevância que esta época possuiu na construção da integração na região. Os entendimentos entre Sarney e Alfonsín, no período de 1985-1989, foram tão importantes que estabeleceram um marco fundamental nas relações entre Argentina e Brasil e foram conduzidos com tal cooperação que evoluíram até o Tratado de Assunção, em 1991.

A abordagem do trabalho será na forma qualitativa. O principal método a ser utilizado será o bibliográfico, “tendo por objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto” (PEREIRA, 2012, p. 86). Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica. Será elaborada a partir de materiais já publicados, principalmente livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet.

Este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro será um breve histórico sobre a política externa do Brasil e da Argentina para a América Latina

durante o regime militar. O segundo capítulo será sobre o governo de José Sarney (1985-1989) e Raúl Alfonsín (1983-1989). Neste capítulo, primeiramente, será abordado sobre a chegada de ambos os presidentes ao poder. Após, será abordado sobre a prioridade da América Latina. E, o último capítulo tratará sobre os acordos firmados por ambos no período de 1985-1989.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA PARA A AMÉRICA LATINA DURANTE O REGIME MILITAR

Em 1964, o presidente do Brasil João Goulart (1961-1964) foi deposto pelo golpe militar comandado pelo general Castello Branco (1964-1967). Ao assumir a presidência, Castello Branco, juntamente com seu ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão Cunha, propuseram-se a desmanchar os princípios que constituíam a Política Externa Independente. Assim, o multilateralismo, o terceiro-mundismo, e a busca pela autonomia brasileira frente à divisão bipolar do mundo foram abandonados. No período em que governou as relações com a América Latina tornaram-se secundárias. Castello Branco voltou-se “para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral” (VIZENTINI, 1997, p. 442). Esta escolha se deu devido ao contexto da Guerra Fria e da bipolaridade. Seu discurso era centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista. Neste período, o Brasil, mostrou-se interessado em ser atuante na Organização dos Estados Americanos (OEA), visto que, possuía o objetivo de fortalecer a segurança continental “e evitar que ‘ideologias estranhas ao continente’ pudessem se proliferar” (SIMÕES, 2010, p. 170).

A política externa do governo Castello Branco, para o continente americano, foi embasada a todo o momento pelo tema da segurança. Devido ao contexto da época, o presidente expressava a preocupação latente com o comunismo. Afirmava que o objetivo principal dos militares no golpe que destituiu João Goulart da presidência era impedir que o Brasil, por meio desse governo, passasse para o bloco comunista. Assim, o rompimento das relações com Cuba, no período, foi apenas uma consequência da ideologia predominante.

Na Argentina, em 1964, é eleito para a presidência, Arturo Illia (1964-1966). Seu governo por ser democrático e civil mostrou-se incompatível com o de Castello Branco, autoritário e militar. Esta incompatibilidade, segundo Doratioto (2014, p. 138) “levou ao esfriamento nas relações bilaterais” da Argentina e do Brasil. A presidência de Illia, intervalo democrático entre os regimes militares, foi politicamente muito desencorajadora, sem apoio parlamentar e em meio à persistente recessão e à crescente pressão sindical.

Em 1966, o presidente argentino Arturo Illia é deposto por um golpe militar que colocou no poder o general Juan Carlos Onganía (1966-1970). Este golpe foi

chamado pelos militares de “Revolução Argentina”. Onganía e Castello Branco possuíam a mesma noção de segurança, compartilhando da mesma idéia de fronteiras ideológicas. Porém, o nacionalismo militar apresentado por Onganía tornava inviável qualquer avanço efetivo na integração com os países vizinhos. Durante sua gestão foram adotadas medidas econômicas que pretendiam liberar os mercados, ao mesmo tempo em que eram eliminados importantes direitos de associação e reprimidas as greves e atividades proletárias.

O período correspondente ao regime militar marcou os dois países de diferentes maneiras. No Brasil (1964-1985), este período “constitui um processo destinado a fomentar o desenvolvimento capitalista industrial de substituição de importações, fortemente impulsionado pelo Estado” (VIZENTINI, 1997, p. 435). Visto que, os militares brasileiros se defrontaram com um aparelho de Estado burocraticamente mais estável, complexo e estruturado do que o argentino. Fato que possibilitou dar continuidade no processo industrializante. Já na Argentina (1966-1973; 1976-1983), o período caracterizou-se “por um processo mais profundo de crise e confrontação política prolongados, o que conduz a um perfil econômico e social distinto do brasileiro” (VIZENTINI, 1997, p. 436). Este país, desde a proscricção do peronismo em 1955, sofreu nas décadas subsequentes, profunda instabilidade institucional, gerando dificuldades para consolidar um modelo de desenvolvimento econômico nacional. Ou seja, o regime militar na Argentina agravou a cisão nacional.

Em 1967, Arthur da Costa e Silva (1967-1969) assume a presidência do Brasil e, imediatamente, abandona as idéias de fronteiras ideológicas e perigo comunista do governo anterior. Assim, a política externa de seu governo estava voltada à busca por autonomia e desenvolvimento, pois, acreditava que a segurança regional estava condicionada a esses dois fatores. Em seu governo, a segurança não mais era o elemento da ideologia bipolar, mas se converteu em variável que dependia de uma economia nacional forte e autônoma.

Em busca da autonomia e do desenvolvimento, o Brasil desvinculou-se do alinhamento incondicional às teses dos Estados Unidos. A finalidade do desenvolvimento defendido por Costa e Silva fundamentava o abandono da “doutrina da segurança nacional do período bipolar e a busca do aumento dos recursos internos de poder” (VIDIGAL, 2012 p. 73). Ou seja, houve neste período o afastamento das pautas ideológicas que orientavam a inserção internacional

brasileira sob o comando do general Castelo Branco. Esta posição pressupunha maior integração principalmente com os países sul-americanos.

Durante o período em que governou frisou a necessidade de avaliar a dinâmica internacional, pois, com esta medida era possível identificar e remover os possíveis obstáculos externos que poderiam dificultar projeto nacional. Costa e Silva assumiu uma atitude de relativa confrontação com Washington, negando-se a assinar o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP). Ele acreditava que este tratado colocaria as potências nucleares em uma posição de superioridade política em relação a aqueles países que no momento ainda não possuíam acesso a este tipo de tecnologia.

A atuação diplomática brasileira, durante o governo de Costa e Silva pautou-se, na busca da afirmação da soberania e pela promoção do desenvolvimento, síntese das duas grandes prioridades do presidente. O Itamaraty, como parte do projeto desenvolvimentista, voltou-se então, para a abertura de novos mercados no exterior. Costa e Silva propôs para a América Latina,

(...) a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de buscar relacionar-se com a Hispanoamérica através da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e não da OEA, dentro de um enfoque que se afastava do pan-americanismo e buscava o latino-americanismo. (VIZENTINI, 1997, p. 445)

A OEA, criada em 1948, deveria basicamente cumprir na esfera política o que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) fazia na área da defesa. Por meio da adoção dos princípios da não intervenção, igualdade jurídica entre os países, solução pacífica das controvérsias e defesa coletiva contra agressões externas. O problema desta organização era que não conseguia ou, ainda, não objetivava dar respostas às demandas dos países latino-americanos. A CECLA, criada em 1964, era responsável, então, por juntar as reivindicações dos países latino-americanos, que possuíam o desejo de transformar a OEA em instrumento efetivo de cooperação. Assim, é perceptível a priorização das relações com os países sul-americanos em detrimento dos EUA.

Costa e Silva, apesar do desejo em desenvolver uma cooperação efetiva com os países da região possuía uma postura cética com relação à constituição de um Mercado Comum, “face à ausência de uma base física para a integração, à disparidade das economias nacionais e à autossuficiência do mercado interno”

(LIGIÉRO, 2011, p. 145). Diante disso, buscou desenvolver, com os vizinhos latino-americanos, uma cooperação no seio dos órgãos multilaterais globais e regionais.

Em 30 de outubro de 1969, a Junta Militar, empossa, no lugar de Costa e Silva, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A política externa de seu governo foi marcada pelo abandono da solidariedade terceiro-mundista, a “estratégia multilateral cedeu lugar ao estrito bilateralismo e à via solitária, e as áreas de atrito com EUA receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório” (VIZENTINI, 1997, p. 452). Médici rejeitava o alinhamento automático com os Estados Unidos, mas não desejava que o Brasil fosse equiparado às potências do Terceiro-Mundo.

Médici passou a considerar mais a conjuntura internacional, procurando ampliar a participação do Brasil nas decisões globais. Corrigiu os rumos das relações com os Estados Unidos, conduzindo-as através de alicerces mais adequados com a realidade internacional. Além disso, aumentou as relações com os países desenvolvidos, especialmente nas áreas relativas aos campos financeiros e comerciais. Em relação aos países em desenvolvimento, Médici, tratou com maior atenção a América Latina, o Oriente Médio e procurou reestruturar as relações com a África. Durante sua gestão foi priorizado a multiplicação de parcerias bilaterais. Através da via solitária buscou o reconhecimento do Brasil como potência média emergente, ou seja, estando em uma posição intermediária entre Primeiro e Terceiro Mundo.

Na Argentina, em 1970, o General Onganía foi deposto. Um dos motivos que levaram até a retirada de Onganía do poder era que ele possuía opositores dentro das próprias forças armadas. A ditadura de Onganía também foi enfraquecida devido a insurreições populares de trabalhadores e estudantes que ocorreram em todo o país. A sociedade mostrava-se extremamente descontente com o general, visto que, os direitos mais basilares dos cidadãos estavam sendo suprimidos de maneira autoritária. Em seu lugar, assume o poder Marcelo Levingston (1970-1971), um militar de pouca expressão dentro das forças armadas.

No período que governou Levingston tentou controlar a crescente onda de protestos que assolava todo o país, porém fracassou. Em razão disso, no ano seguinte, foi deposto, assumindo, então, Alejandro Lanusse (1971-1973).

Representante da maior parte da burguesia argentina e de grande parcela dos militares, buscou, durante seu governo restaurar a normalidade institucional.

Lanusse abandonou a doutrina das fronteiras ideológicas, sendo substituídas “pelo ideário dos ‘interesses nacionais permanentes’, com a adoção de uma política externa mais aberta” (COELHO, 2000, p. 113). Foram iniciados, no período, entendimentos com o Chile acerca do litígio territorial referente ao canal de Beagle, e com o Brasil, acerca das usinas hidrelétricas do rio Paraná. Em consequência do isolamento em que mergulhava a Argentina e da diminuição da margem de decisão autônoma na política externa, Levingston e Lanusse, tentaram durante seus governos uma aproximação com os países vizinhos da América Latina (CERVO, 2000).

As crescentes manifestações populares acarretaram nas eleições para presidência da Argentina em 1973. A sociedade ansiava por Perón na presidência. Porém, o então presidente militar alterou as leis eleitorais de forma que barrasse a candidatura de Perón. Assim, é eleito por uma frente política organizada pelo peronismo, denominada Frente Justicialista de Libertação, para a presidência da Argentina Hector Campora. Seu governo assumiu uma postura nacional-desenvolvimentista e, apesar de muito curto, se predispôs em buscar a “integração do Cone-Sul, a solidariedade latino-americana, (...) a não-subordinação em relação aos EUA e o acercamento com o Movimento dos Países Não-Alinhados” (VIZENTINI, 1997, p. 456).

Por meio de Campora o país ingressa no Movimento dos Países Não-Alinhados com o escopo de pleitear apoio em favor de seus argumentos nas questões das Malvinas e no contencioso com o Brasil acerca utilização dos rios internacionais. Além disso, possuía também o interesse econômico-comercial de conseguir a aproximação com mercados não tradicionais.

Em julho do mesmo ano, Campora renuncia. Assume a presidência interinamente Raul Lastiri e, em outubro, é eleito Juan Domingo Perón (1973-1974). Com o seu regresso a presidência, os argentinos esperavam uma solução para a cisão nacional. Perón acreditava que a integração brasileira com seus vizinhos sul-americanos seria impulsionada pelo crescente desenvolvimento do país. Graças à dinâmica econômica brasileira, esse desenvolvimento transbordaria fronteiras, promovendo a integração regional. Buscou reativar a industrialização argentina

através do Plano Trienal de Reconstrução e Libertação Nacional. Contudo, em razão de sua morte em 1º de julho do ano seguinte, essa expectativa de consenso e integração da região havia desaparecido. Em seu lugar, assume a presidência, a vice, sua esposa, Maria Estela Martinez de Perón (1974-1976), também conhecida por Isabel de Perón.

Durante o governo de Maria Estela, o país retrocedeu tanto na concertação política interna, quanto nos avanços diplomáticos em relação ao Brasil. José López Rega, Ministro do Bem-Estar Social, exerceu uma quase total influência sobre as decisões de Maria Estela. Rega tentou agir de maneira que fosse priorizado os interesses da direita peronista sobre os diversos movimentos sociais e houve o retorno ao alinhamento com os Estados Unidos. O período foi marcado por situações de uma notória inoperância administrativa em praticamente todos os níveis do governo.

A morte de Perón cria enorme vácuo de poder, instalando uma crise de autoridade. Nesse contexto, as guerrilhas são proliferadas e é instaurado na Argentina o caos econômico-administrativo. A situação se torna cada vez mais difícil, “combinando hiperinflação, déficit fiscal, especulação financeira (...) e retração do crescimento, aprofundando ainda mais os conflitos sociais e políticos” (CANDEAS, 2010, p. 197). A situação tornou-se cada vez mais insustentável levando, por consequência, até ao golpe militar em 1976.

O interregno constitucional peronista (1973-1976),

(...) acentuou a cisão da opinião interna e as oscilações da diplomacia, em clara demonstração de que não havia paradigma de conduta política em condições de garantir a continuidade de um projeto nacional. (CERVO, 2000, p. 20)

No Brasil, em 1974, assume a presidência no lugar de Médici, o general Ernesto Geisel (1974-1979). Geisel chega ao poder em uma conjuntura que não favorecia aos países do terceiro mundo. Diante disso, a ação diplomática de seu governo foi conduzida de forma a atender as necessidades e exigências que possibilitassem a inserção do país no cenário internacional. Pretendia, durante os anos que governou iniciar o processo de encaminhamento para a abertura política brasileira. Logo nos primeiros meses de seu governo, o aumento dos preços do petróleo, ocorrido no final do ano anterior, atingiria gravemente o Brasil. Neste contexto, Geisel “decidiu manter o ritmo ascensional da economia brasileira,

aprofundando o processo de industrialização por substituição de importações” (LEITE, 2011, p. 126).

Além do aumento do preço do petróleo encarecer as importações brasileiras, produzira uma forte recessão nos países industrializados, o que gerou uma queda nos investimentos externos e nas importações de produtos brasileiros por parte destes e de países em desenvolvimento não produtores de petróleo. (VIZENTINI, 1997, p. 460)

Os primeiros anos do governo de Geisel foram marcados pelo declínio da estabilidade hegemônica norte-americana. Os EUA, na época em questão, buscaram recuperar a sua liderança internacional direcionando todos seus esforços na contenção das economias em ascensão como, por exemplo, o Japão e a Europa Ocidental. No entanto, a partir da década de 1970, “os Estados Unidos foram perdendo sua hegemonia econômica no continente, começando a compartilhá-la com o ressurgimento econômico da Europa Ocidental e do Japão (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 259), ou seja, com as economias que havia se proposto a refrear.

O clima tenso da Guerra Fria foi dando espaço a um mundo um pouco mais diversificado. Durante esse período, o Brasil “implementou um recuo estratégico em relação ao seu tradicional vínculo com os Estados Unidos” (PEREIRA, 2003, p. 22). Geisel direcionou o país na busca por novas associações. A diplomacia brasileira passou a tentar atuar no cenário internacional de acordo com as dimensões possíveis. A atuação do Brasil durante sua gestão foi caracterizada pela busca de ampliação da projeção externa a fim de reforçar o poderio nacional e o desenvolvimento industrial e pelo o abandono do alinhamento automático com os EUA.

No tocante à América Latina, a inquietação com a possível expansão do comunismo no continente havia praticamente sido eliminada com o golpe militar no Chile em 1973, restando apenas Cuba. No período, buscou-se conciliar a defesa da soberania nacional com a vontade de cooperação e entendimento com os países vizinhos. Geisel buscou estreitar a cooperação com a Argentina iniciando um diálogo a fim de solucionar o contencioso acerca das barragens hidrelétricas instaladas na Bacia do Prata.

Em 25 de março de 1976, os militares depõem na Argentina o governo peronista. Este golpe, que se estendeu até 1983, liderado pelo general Jorge Rafael

Videla (1976-1981) foi motivado principalmente pela “alta dos preços do petróleo e a luta entre facções internas que a debilidade física de Perón não permitia controlar” (CERVO, 2000, p. 21). Os enfrentamentos internos entre a sociedade argentina e a fragilidade do governo permitiram, de certa forma, que desmoronasse o curto período democrático (1973-1976) e submergisse o país em uma grande crise econômica.

A política externa do período manteve inicialmente alguns traços do interregno peronista (1973-1976).

O país permaneceu membro do Movimento dos Não-Alinhados, conservou suas relações com os países socialistas e expandiu o comércio com a União Soviética, que se tornou o maior comprador de produtos argentinos. (...) Em outros termos, deu-se continuidade, nas relações com os Estados Unidos, a uma política de autonomia decisória assentada na percepção de interesses nacionais concretos. (CERVO, 2000, p. 21)

Contudo, existiam contradições nessa política externa. Por um lado, havia o projeto nacional de desenvolvimento, por outro, havia a simpatia pelo modelo liberal de organização externa dos EUA. Nutria-se a crença de que relações especiais com os EUA surtiriam efeitos políticos e econômicos instantâneos. “Reproduzia-se na Argentina o erro de cálculo brasileiro do governo de Castelo Branco (1964-67)” (CERVO, 2000, p. 22).

Videla atribuiu a responsabilidade pela crise que a Argentina estava passando ao Estado. Considerava que a indústria estava sendo superprotegida não abrindo possibilidades para a entrada de capital e o Estado, da maneira como estava sendo governado, apresentava-se hipertrofiado. A partir dessa posição, “aplicou as teses monetaristas da Escola de Chicago: abertura comercial e financeira, elevação das taxas de juros e sobrevalorização da moeda” (CANDEAS, 2010, p. 198). Como resultado dessas ações de Videla houve o colapso geral da economia.

A partir dos anos 1970, juntamente com a rivalidade, cresce o desejo e a admiração por parte de dirigentes argentinos, em buscar, com o Brasil, a edificação conjunta de um futuro promissor. Grande parte deste desejo foi consequência do ultra-liberalismo argentino. O gradativo gasto público, pago com inflação e endividamento externo, ao contrário do caso brasileiro, “não foi utilizado para o estabelecimento de uma infraestrutura produtiva e energética, mas se converteu em consumo suntuoso” (CANDEAS, 2010, p. 74). O Processo de Organização Nacional, iniciado em 1976, transformou-se em uma das ditaduras mais sangrentas da história

do país, assentada pelo terrorismo de estado e enormes violações aos direitos humanos.

Videla abriu ilimitadamente a economia argentina aos capitais internacionais, o que ocasionou no endividamento externo insustentável, altas taxa de desemprego e grande especulação financeira. Ou seja, a liberalização comercial e a sobrevalorização do dólar destruíram a indústria e a economia nacional. “O único aspecto produtivo e de longo prazo da política externa do governo Videla foram os acordos de 1980 com o Brasil” (VIZENTINI, 1997, p. 468). Em dezembro de 1981, as Forças Armadas argentinas empossam o General Leopoldo Galtieri (1981-1982) na presidência.

No Brasil, em 1979, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985) é empossado no cargo de Presidente da República, sucedendo Geisel. Figueiredo mantinha os planos do governo anterior de terminar o processo de redemocratização brasileira, buscando promover a liberalização política e as reformas necessárias, contudo, sem comprometer a unidade das forças armadas. Na época, o Brasil era visto como um país de terceiro mundo, que se encontrava assolado pelos problemas advindos da crise econômica, e não mais de uma potência emergente. Em busca de maior autonomia e defesa de um projeto de desenvolvimento nacional, Figueiredo empregou todos os esforços para desenvolver a indústria de armamentos e buscou assegurar ao país o acesso à tecnologia de ponta. Nesta época a produção nuclear e a produção de armamentos foram entendidas como impulsionadores do crescimento econômico.

No período que governou, a América Latina passou a ser definitivamente a área prioritária para atuação da política externa brasileira. Foi com o governo de Figueiredo que houve uma alavancagem na relação com os vizinhos. Franco (2009, p. 197) afirma que Figueiredo “impulsionou a aproximação, a partir de iniciativas concretas como a realização de várias visitas aos países do subcontinente, incrementando a chamada diplomacia presidencial”. Este governante conseguiu, no primeiro ano de seu mandato, solucionar o contencioso que parecia as relações de Brasil e Argentina a respeito do aproveitamento dos rios da Bacia do Prata.

Esse conflito já vinha sendo negociado no governo Ernesto Geisel, sob a gestão do chanceler Azeredo da Silveira, sem haver obtido sucesso. A construção da Usina de Itaipu, do lado brasileiro, e de Corpus, do lado argentino, no Rio Paraná, exigia a compatibilidade técnica das duas

propostas, envolvendo, além dos governos desses dois países, o do Paraguai. (FRANCO, 2009, p. 203)

A resolução deste conflito representou um consenso entre os setores da política externa, sendo visto como provável ponto de partida na integração efetiva da América do Sul.

Em 1980, Figueiredo realizou uma visita oficial a vizinha Argentina, onde assinou, ainda com Videla, uma série de protocolos de cooperação, principalmente na área militar e relativa à energia atômica. Na área militar, os entendimentos visavam à fabricação conjunta de aviões e mísseis. E, no campo da energia atômica, buscavam alcançar “mais rapidamente o domínio do ciclo completo de uma tecnologia de fundamental importância estratégica” (BANDEIRA, 2010, p. 432).

Tanto o Brasil quanto a Argentina enfrentaram sérias dificuldades em suas economias no decorrer da década de 1980. Tais dificuldades foram evidenciadas pela crise da dívida dos países em desenvolvimento. Esta crise remonta os anos de 1970, década em que os governos dos países nessa condição enxergaram a oportunidade de incentivar o crescimento de suas economias a partir de financiamento externo de baixo custo, com apoio do FMI e dos governos dos países credores. Esses dois atores “apoiaram e encorajaram a estratégia terceiro-mundista de crescimento com recursos externos” (ENGE, 2004, p. 68). No final da década de 1970, adveio o segundo choque do petróleo. Este choque desencadeou o aumento das taxas de juros internacionais, e principalmente dos EUA. Esses acontecimentos ocasionaram no aumento excessivo das dívidas externas dos países latino-americanos, principalmente, do Brasil e da Argentina, visto que, os contratos de empréstimos haviam sido firmados com base em juros flutuantes. Com isso,

A América Latina começou a década de 1980 em crise. Após dos choques do petróleo durante a década anterior e a elevação das taxas de juros no mercado internacional, os países latino-americanos foram diretamente afetados pelas bruscas mudanças no quadro internacional. (FILHO, 2006, p. 64)

Em 1982 houve o corte de financiamento internacional pelos bancos privados aos países em desenvolvimento, como consequência da moratória declarada pelo México. Com isso, os recursos financeiros internacionais se tornaram escassos. Esse fato afetou diretamente o Brasil e a Argentina, assim como grande parte dos países em desenvolvimento. A moratória declarada pelo México,

(...) representa o golpe de misericórdia nas combalidas economias brasileira e argentina, ao iniciar um período de fortíssima retração nos fluxos de financiamento internacional para os países em desenvolvimento. (ENGE, 2004, p. 71)

Em 1º de abril desse mesmo ano, em um quadro de esgotamento do regime militar argentino, “e num ato imprevisível para a comunidade internacional” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 282) inicia na Argentina, a Guerra das Malvinas. Na tentativa de ganhar popularidade principalmente na sociedade de seu país, o governo argentino visou recuperar militarmente as Ilhas Malvinas, tomadas pelos ingleses desde 1833. A ocupação das Ilhas, ordenada pelo General Galtieri, recebe inicialmente apoio popular. A guerra produziu uma breve unidade nacional, tendo a maior parte da sociedade civil sua atenção desviada da grande repressão militar.

Sob o comando de Figueiredo, o Brasil adotou, diante da guerra, uma posição de neutralidade, “mas defendeu o direito argentino sobre as ilhas” (VIDIGAL, 2012, p. 75). Várias ações expressas neste período demonstravam que a posição de neutralidade brasileira era apenas formal, que na realidade houve grande cooperação com o país vizinho.

O Brasil assumiu a representação dos interesses argentinos em Londres; vendeu à Argentina dois aviões Bandeirante, de patrulha (...). No plano econômico, o governo Figueiredo não reconheceu a validade jurídica do embargo econômico imposto pela Comunidade Européia à Argentina e permitiu que portos no sul brasileiro fossem usados para a exportação de mercadorias argentinas. (DORATIOTO, 2014, p. 158-159)

A “(...) política norte-americana da era Reagan também ajudou a complicar ainda mais a melindrosa situação dos Estados da região” (FILHO, 2006, p. 64), pois, visava restabelecer na América o poder e o prestígio norte-americanos. A administração de seu governo planejou reconstruir a intrepidez militar norte-americana e combater os recursos ideológicos soviéticos que por ventura existissem na região. Além disso, aplicava uma pressão de amplitude mundial defendendo a economia de livre mercado e a política democrática, em luta contra regimes pró-soviéticos.

Os primeiros três anos da década de 1980 foram marcados por uma profunda recessão no Brasil, devido à crescente dificuldade encontrada nas exportações, “na medida em que o Estado carecia de recursos para continuar financiando-as”

(VIZENTINI, 1997, p. 472). Em meio a este clima de crise, continuou-se pondo em prática o processo de redemocratização. Assim, foi assinada a Lei de Anistia, em agosto de 1979, visando restaurar os direitos políticos e permitindo a volta dos exilados ao país. Em 20 de dezembro do mesmo ano é criada a nova lei orgânica dos partidos políticos, que diminuiu as exigências para a criação de partidos no Brasil, permitindo que ressurgisse o pluripartidarismo. Com esta lei, extinguiu-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA - havia sido criada em 1965 a fim de dar sustentação política ao regime militar) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB - era o partido criado pelos opositores do regime), “abrindo caminho para a criação de novos partidos, o que veio a ocorrer no primeiro semestre de 1980” (VIZENTINI, 1997, p. 472).

Em novembro de 1980, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 15 que reintroduziu o voto direto para governadores. Dois anos depois, ocorreram as eleições com a vitória na maioria dos estados de candidatos da oposição. A partir deste fato, o confronto entre militares e opositores se tornou mais acirrado. Diante disso, a abertura para a redemocratização, foi cada vez mais complicada. No final do governo Figueiredo surgiu o movimento das Diretas Já, que mobilizou a população em defesa de eleições diretas para a escolha do presidente da República. O governo, porém, resistiu. Desse modo, o sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral. Em janeiro de 1985, o deputado Tancredo Neves é eleito como novo presidente da República. Tancredo, embora tenha assumido o cargo não pode governar em razão de sua doença e posterior morte. Em seu lugar assume, desde o início, o vice-presidente, José Sarney.

Paralelamente, na Argentina, com a derrota nas Malvinas, a crise econômica e o descontentamento da população demonstravam que o regime militar não tinha forças para negociar satisfatoriamente uma transição controlada para a redemocratização.

Em meio à incapacidade do governo frente aos crescentes protestos de empresários, sindicatos, movimentos de direitos humanos e partidos políticos, a paralisia econômica e o auge da especulação financeira, os militares buscam um messias ou um César que pudesse impedir o colapso do regime. (VIZENTINI, 1997, p. 476)

Após a derrota argentina nas Malvinas, os militares já largamente desprestigiados, perderam toda a base de apoio, ao deixarem transparecer “(...) uma

falta de unificação dos comandos militares durante a guerra, bem como a debilidade diplomática para resolver o conflito” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 283). Diante disso, empossaram, em 1982, o general Reynaldo Bignone (1982-1983) como presidente. Bignone assumiu a presidência prometendo institucionalizar a vida política até o início de 1984. Foi elaborado então, um documento intitulado de Programa de Reconstrução Nacional, que visava principalmente restabelecer o estado de direito. Imediatamente as atividades políticas são liberadas. Ainda no primeiro ano de seu governo, iniciam-se as campanhas de filiação partidárias, ocorrendo no ano seguinte às eleições para presidente vencidas por Alfonsín, pondo fim ao regime militar. As ditaduras argentinas foram tão instáveis quanto os governos civis, sendo uma mescla de “coerção e desordem, autoritarismo e caos” (CANDEAS, 2010, p. 79).

O regime militar brasileiro, basicamente se propôs a fomentar o desenvolvimento capitalista industrial e conter os movimentos populares. Os militares brasileiros, deixaram o país com um diversificado parque industrial, apesar de grandes desigualdades sociais e com as finanças nacionais falidas. No mesmo período, a Argentina viveu uma instabilidade mais profunda, passando por vários governos e regimes. Além disso, a Argentina, mais que o Brasil, sofreu com as conseqüências de um projeto econômico liberal estimulado pelo capital estrangeiro, prejudicando a economia nacional.

3 PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1989) E ALFONSÍN (1983-1989)

O Brasil e a Argentina vivenciaram, em um período relativamente curto, várias transformações no âmbito político. Na década de 1970, inicia-se um processo de resistência aos regimes militares que comandavam o Brasil e a Argentina. Essa resistência, presente em várias esferas sociais, estava insatisfeita com o modo em que os militares comandavam o país e clamava pela democracia. O capítulo abordará acerca do período que se convencionou denominar de transição democrática ou de redemocratização. O período correspondeu ao final do regime militar e veio a ser apresentado como um momento de resgate democrático. Primeiramente, para a melhor compreensão do que se denomina por período da redemocratização, deve-se inicialmente analisar o que se entende por a democracia.

A democracia “não pode ficar sujeita a um ‘adestramento universal” (MORAIS; STRECK, 2012, p. 123). Ela não é imutável, em cada sociedade, em cada Estado e em cada época sofre e aceita as modificações. Com o passar do tempo, o termo democracia foi se transformando em um estereótipo, diante disso, a tarefa de conceituá-la é extremamente complexa. A democracia, segundo Bobbio (2009, p. 30) é “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou secundárias) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. No entanto, é necessário que um elevado número de cidadãos deva participar direta ou indiretamente da tomada das decisões coletivas. Além disso, é indispensável que,

(...) aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos a liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. (BOBBIO, 2009, p. 32)

O cumprimento desses requisitos são pressupostos necessários para o funcionamento da democracia e dos próprios mecanismos procedimentais que caracterizam o regime democrático. Diante disso, a redemocratização foi o processo de restauração da democracia e do estado de direito nos países que sofreram um período de autoritarismo. Foi o período de abertura política, de recuperação das instituições democráticas abolidas durante o Regime Militar. Grosso modo, o

período considerado como de redemocratização brasileira vai desde o governo Ernesto Geisel até José Sarney. Sendo que, o ponto máximo do período de redemocratização inicia nas manifestações conhecidas como “Diretas Já” no final do mandato de Figueiredo e abarca todo o governo correspondente a José Sarney.

Tanto para o Brasil, quanto para a Argentina, o processo marcado pela transição política foi pressionado pelo reflexo das inúmeras crises e contradições iniciadas durante o regime militar. Diante disso, o período mostrou-se extremamente complexo. Os problemas econômicos decorrentes da crise da dívida deixavam esses Estados extremamente vulneráveis às pressões externas, principalmente por parte do FMI e do Banco Mundial. Nessas condições, a economia dos vizinhos latino-americanos necessitou rearticular-se a fim de suportar as novas demandas e possibilitar maior inserção no cenário internacional.

As pressões externas que tanto o Brasil quanto a Argentina sofriam podem ser explicadas pela Globalização. A globalização é um termo que historicamente gerou grande debate, devido à dificuldade de conceituação e de percepção acerca de seus impactos concretos. Pode ser entendida como o “processo no qual as tradicionais barreiras entre Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas no mundo” (SARFATI, 2005, p. 368). Também podemos conceituá-la como,

(...) produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, caracterizada pelo fetichismo da mercadoria, e compreendida em toda a sua extensão: envolve as dimensões econômica, tecnológica, espacial, temporal, social e jurídica. (VIDIGAL, 2006, p. 10)

Os Estados sofrem com o impacto da globalização, pois ela, “provocou uma redefinição do papel do Estado, que se encontra cada vez mais dependente (ou interdependente) em relação a outros Estados” (VIDIGAL, 2006, p. 10). A interdependência refere-se a acontecimentos caracterizados pelas consequências recíprocas. Corresponde a situações de dependência mútua originadas de transações além das fronteiras, que fazem com que os países passem a ser afetados pelos acontecimentos ocorridos no sistema internacional.

A partir da segunda metade da década de 1980, os países pertencentes ao terceiro-mundo começam a encontrar grande dificuldade em responder isoladamente aos desafios do cenário internacional sem contar com a cooperação dos outros. Assim, verifica-se a proliferação dos processos de regionalização. A globalização

aumentou a sensação de vulnerabilidade desses países, diante disso, a formação dos blocos regionais dava certa proteção em relação aos fatores externos.

Com a criação desses blocos regionais, os Estados, em vez de desaparecerem, adquirem uma nova lógica de operação. Nessa perspectiva, os problemas internos nem sempre podem ser resolvidos sem a cooperação com outras nações pertencentes ao mesmo bloco regional. Tal fato segue a ótica neoliberalista, que não desconsidera a posição de atores centrais nas relações internacionais dos Estados. Porém, apesar disso, diferentemente dos realistas, a teoria neoliberalista considera que as instituições internacionais são atores relevantes dentro do sistema internacional. Visto que, os Estados interagem no sistema internacional, mas não são seus únicos atores porque outros tipos de interações ocorrem com importância política significativa entre organizações não submetidas a algum tipo de controle governamental.

Em 1983, a ditadura militar argentina chegou ao fim em completo descrédito, visto seus fracassos econômicos, sociais e políticos e a derrota na Guerra das Malvinas. As Forças Armadas ficaram constrangidas e não havia alternativa se não a de retornarem à suas funções constitucionais. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, os militares argentinos não puderam e, também, não tiveram a oportunidade de negociar sua saída do poder no processo de redemocratização. Conseqüentemente, em 30 de outubro de 1983, os argentinos foram às urnas para, livremente, eleger o presidente da República. Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, venceu Ítalo Luder, do peronista Partido Justicialista, com pouco mais da metade dos votos. Alfonsín tomou posse no dia 10 de dezembro daquele ano. A Argentina nesse período enfrentava uma grande crise, com inflação de 500% ao ano e mais de um milhão de desempregados. Além disso, havia outros graves problemas sociais, visto que, milhares de famílias procuravam notícias de seus parentes que estavam desaparecidos em decorrência do Regime Militar.

Assim que assumiu a presidência, Alfonsín iniciou a desmilitarização do Estado convocando como Ministro de Defesa um civil, diminuindo o orçamento militar. Além disso, apoiou a formação de uma comissão para investigar casos de violação de direitos humanos cometidos durante o regime militar. “Durante os primeiros 15 meses de sua gestão é a fase final do governo Figueiredo, no Brasil, e

o período no qual se define a transição democrática brasileira” (FRAGA, 1997, p. 509).

Sua política externa foi denominada por analistas argentinos de autonomia heterodoxa, que “significava buscar a cooperação internacional, não o confronto, seja com o Primeiro seja com o Terceiro Mundo, reforçando os princípios de não-intervenção e autodeterminação” (CERVO, 2000, p. 23). A autonomia heterodoxa constitui um marco no qual o país aceitava a existência de uma potência dominante, mas se permitia discordar desta quando o modelo interno e a conjuntura internacional em que estava inserido não coincidiam com as expectativas dessa potência.

Alfonsín procurou construir uma política externa que retirasse a Argentina do isolamento e auxiliasse na superação dos grandes problemas que o país enfrentava. Assim, orientou-se pela condição argentina de país latino-americano e do Terceiro Mundo. Essa orientação, no entanto, não excluía o desejo de regularização no relacionamento político e econômico-comercial com os EUA. O presidente se concentrou em eliminar alguns entraves que a Argentina possuía junto a seus vizinhos latino-americanos, como por exemplo, a disputa sobre o Canal de Beagle com o Chile e, com o Brasil, trabalhou em especial em duas áreas sensíveis, a nuclear e a econômico-comercial.

Em fevereiro de 1985, Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente para o cargo de Presidente do Brasil, visitou a vizinha Argentina. Ato que ressaltou a importância que este país representaria para a política externa. Porém, em razão de sua morte, em abril do mesmo ano, não pode contemplar os frutos dessa aproximação.

Enfim, nessa meia década, as relações entre Brasil e Argentina, em que pese o decidido apoio à aproximação manifestado pela opinião pública, tão dividida em outros temas e tão coesa nesse, continuaram a oscilar entre a vontade de aproximação e obstáculos de várias naturezas. (FRANCO, 2009, p. 222)

Sarney (1985-1989), vice-presidente, assumiu a presidência em março de 1985, em meio à comoção popular devido ao falecimento de Tancredo Neves. Sua chegada ao poder esteve rodeada de desconfianças. Durante a ditadura, Sarney possuía ligações com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), opositora do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Posteriormente, a Arena, foi rebatizada de PDS

(Partido Democrático Social) e o MDB foi rebatizado de PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Mais tarde, alguns políticos do PDS, inclusive Sarney, abandonaram o partido e formaram a "Frente Liberal", a qual veio a tornar-se o PFL (Partido da Frente Liberal). No processo de redemocratização, quando houve as eleições presidenciais indiretas, Sarney lançou-se como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, candidato do PMDB.

O governo de José Sarney por ser de um período de transição sofreu inúmeros impasses. A condução do processo de redemocratização e a missão de reincorporar o país nos foros internacionais como Estado de direito, frente ao turbulento contexto externo, forçou ao presidente a executar uma "política exterior que ora confrontava-se com as estruturas vigentes, ora denotava trações de continuidade com políticas anteriores" (PEREIRA, 2003, p. 20). Sarney buscou, na política externa de seu governo, romper o caráter tradicionalmente cíclico do relacionamento bilateral, conferindo-lhe bases sólidas e permanentes. Buscava formar a consciência de que era extremamente necessária a criação de uma rede de interesses imutáveis, imunes aos eventuais desentendimentos governamentais.

Alfonsín e Sarney assumiram a presidência em um contexto de endividamento externo, altas taxas de inflação, vulnerabilidade externa e dificuldade no diálogo Norte-Sul, visto as restrições impostas pela crise da dívida. Nos dois países, foram experimentados programas de estabilização que visavam reverter as altas taxas de inflação que minavam suas economias. Esses fatores levaram "a que esses dois países passassem a ter como principal elemento de atração e solidariedade internacional, seus respectivos processos de democratização" (HIRST, 1997, p. 514). A semelhança dos problemas enfrentados gerou um novo padrão de diálogo.

Tanto Sarney, quanto Alfonsín possuíam a preocupação de superar a posição de marginalização política notória desde a Guerra Fria. Ao mesmo tempo, sentiam a necessidade de criar uma estratégia de inserção internacional bem-sucedida que atendesse as muitas pressões e demandas da sociedade e seus grupos organizados.

Apesar da situação difícil, "seja pelos momentos críticos que atravessam ambas economias, seja pela transição política que pressupõem a abertura do debate sobre o relacionamento bilateral à ampla participação das respectivas sociedades"

(LAVIOLA, 2004, p. 100), a determinação de Sarney e Alfonsín em promover a integração foi tamanha que em apenas um ano eles se encontraram três vezes. Buscaram inicialmente aprofundar o processo de cooperação, que ocorre “quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros, por meio desse processo de coordenação de políticas” (SARFATI, 2005, p. 366). As políticas seguidas pelos governos dos Estados passam a ser cogitadas pelos seus parceiros como propícias para a realização de seus próprios objetivos.

A grande vantagem da cooperação é que ela cria condições mais estáveis e transparentes de interação. Fornece um conjunto claro de princípios e regras particulares, que buscam sanar os problemas específicos da região. Este arcabouço permite conter as incertezas quanto ao comportamento do vizinho, tornando-se mais previsíveis e facilitadas as trocas informações um lado ao outro. Os entendimentos entre os presidentes alcançaram uma dimensão cooperativa sem precedentes, ao ponto de “acertarem que a Argentina e o Brasil coordenariam suas políticas externas e agiriam solidariamente no âmbito internacional” (BANDEIRA, 2010, p. 464). Para tanto, procuraram desenvolver uma estratégia que utilizasse todos os mecanismos políticos disponíveis, buscando preservar e consolidar a confiança mútua diante de sucessivas negociações.

Em linhas gerais, a cooperação entre os vizinhos possibilitou o estabelecimento de objetivos comuns além da constituição de normas. Facilitou, também, a criação de um consenso acerca dos comportamentos aceitáveis, ao promover maior intercâmbio de informações. Brasil e Argentina, durante a gestão de Sarney e Alfonsín, consolidaram além da cooperação, as bases da integração regional. A integração é mais ampla do que a cooperação, não se restringe à esfera governamental, atinge a sociedade. Ela gera interações entre os grupos de interesse e representantes das sociedades dos Estados.

A questão central da cooperação “se baseiam no ‘cálculo egoísta’ de interesses dos participantes” (CANDEAS, 2010, p. 41), isto é, as relações dos Estados são movidas com vistas à obtenção de vantagens recíprocas, sem as quais os países não se comportam de maneira pretendida pelo outro. A integração supera o cálculo egoísta, “já tendo sido internalizado na cultura política o ‘pertencimento’ ao grupo regional” (CANDEAS, 2010, p. 41). Assim, a cooperação pode ser uma tática contextualizada e sucumbir de acordo com a conveniência, já a integração regional é

menos flexível. Se abandonada poderá gerar resistências dentro da sociedade e altos custos para os governos.

Devido ao contexto de globalização e, principalmente de redemocratização nos países latino-americanos, a democracia tornou-se um pressuposto para a integração. A democracia dá “condições credibilidade ao diálogo entre os atores” (AZAMBUJA, 2012, p. 80). Desta maneira, só poderá ocorrer à integração, desde que ela garanta a liberdade e a participação dos atores pertencentes à sociedade de ambos os países envolvidos. No caso do Brasil e da Argentina, a noção de integração deveria envolver também a igualdade, visto que, a integração regional foi uma forma dos Estados responderem aos desafios apresentados pela globalizado.

4 A PRIORIDADE DA AMÉRICA LATINA E OS ACORDOS FIRMADOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1985-1990)

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional havia se estruturado segundo a lógica das duas grandes potências, Estados Unidos e URSS. As áreas de influência de ambas estavam na época bem definidas, cabendo a América Latina seguir a ideologia norte-americana. A desarticulação dos regimes autoritários e a projeção internacional que os vizinhos viviam, foram acompanhadas pela maior pré-disposição para a cooperação regional.

Argentina e Brasil tiveram legados políticos muito parecidos. Passaram, entre as décadas de 1960 e 1970, por investidas de regimes autoritários, que davam legalidade para a opressão da sociedade civil. Por meio, principalmente, do regresso da democracia, houve entre eles um alinhamento de interesses que os lançou, posteriormente, para uma posição de carros-chefes no processo de intercâmbio comercial que viria a se concretizar com a criação do MERCOSUL.

A partir de 1980 o esforço integrador latino-americano deixou de ter como base a ampliação dos mercados para a substituição de importações. O novo objetivo era a união dos mercados “na busca de maior visibilidade internacional e preparação da região para a superação da crise econômica” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 316). Na década em questão, com o abandono definitivo das hipóteses de conflito entre Brasil e Argentina, verificou-se um aumento das relações bilaterais entre ambos. O projeto de integração bilateral foi fruto dos problemas enfrentados pelos vizinhos sul-americanos, nas décadas anteriores, e da reconstrução da democracia, deixando para trás as dificuldades inerentes ao regime militar.

A década, marcada principalmente pelo processo de redemocratização nos países sul-americanos, coincidiu com o período final da Guerra Fria. Conseqüentemente, Brasil e Argentina possuíam no momento uma limitada projeção internacional, agravada pelos problemas econômicos e sociais ocasionados devido à crise.

Em 1985, portanto, os dois eixos divisórios do mundo pós-guerra estão nitidamente traçados e reativados: o Leste-Oeste, caracterizado pela confrontação ideológica, e o Norte-Sul, decorrente do desequilíbrio econômico, da recessão mundial e da escalada fragilização dos juros financeiros. (CORTÊS, 2010, p. 54)

Sarney, tentando se desvencilhar dessas amarras buscou transformar a postura brasileira no cenário internacional. No plano interno, o Brasil mantinha o compromisso com a democracia, no plano internacional defendia a redução do grande hiato entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Mesmo com todas as dificuldades, a diplomacia brasileira procurou ampliar seu espaço de manobra resistindo, sempre que possível às pressões norte-americanas.

Com os EUA, a agenda de negociação era fundamentalmente econômica, com ênfase para temas comerciais e financeiros. Porém, muitas vezes o Brasil não conseguiu avançar nas negociações, pois devido à dívida externa exorbitante e os problemas com a inflação, o país sofria várias sanções comerciais e retaliações em suas iniciativas. O Departamento de Comércio dos EUA, por exemplo, iniciou taxações às exportações de ferro brasileiras em 18 de março de 1985, ocasionando a oscilação entre a conciliação e a confrontação com este país, pelo governo Sarney. Temas centrais da política externa brasileira eram ignorados pelo governo norte-americano. Os constantes conflitos de interesses entre Brasil e EUA, desencadearam no reatamento das relações diplomáticas com Cuba, recomendada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em março de 1985.

A importância do reatamento com Cuba,

(...) ultrapassou o simples fato de o governo brasileiro garantir uma condição favorável em nível regional. A decisão brasileira orientava-se também na perspectiva de gerar alguma alteração e suas relações com os Estados Unidos. A diplomacia brasileira procurou, então, partir para alternativas que lhe dessem alguma iniciativa nas relações com Washington. (PEREIRA, 2003, p. 48)

Dentre essas iniciativas estava a busca por novos parceiros. Nesta busca, o Brasil valorizou a América do Sul como alternativa estratégica para a atuação brasileira no cenário internacional. A Argentina corresponderia então, a principal linha da política externa de José Sarney. Em maio de 1985, Sarney enviou o então Chanceler Olavo Setúbal, substituído em 1986 por Abreu Sodré, a Buenos Aires. Esta visita,

Teve por objetivo transmitir ao Presidente Alfonsín a firme percepção que o mandatário brasileiro tinha das possibilidades positivas do relacionamento bilateral, bem como seu empenho por inverter a noção de rivalidade inevitável em outra: a da integração viável e necessária. (CORTÉS, 2010, p.73)

Nesta visita, os argentinos aceitaram a proposta brasileira de integração, mas, no curto prazo, estavam preocupados com o desequilíbrio na balança comercial bilateral. Visto isso, o Brasil passou a comprar petróleo e trigo argentinos, visando favorecer o país vizinho, a fim de dar prosseguimento ao processo de integração. A partir dessa primeira visita, iniciaram-se grandes tratativas de acordos que perduraram por todo o período Sarney-Alfonsín (1985-1989). Devido à debilidade em que se encontrava a Argentina, uma aliança entre Brasília e Buenos Aires era vista como um movimento capaz de auxiliar o retorno do país à comunidade internacional.

No decorrer da década de 1980, firmou-se na política externa dos dois países “a visão do outro já não como adversário, mas sim como um sócio necessário e aliado natural” (CANDEAS, 2010, p. 11). Sem uma visão compartilhada entre o Brasil e a Argentina, não seria factível, ao menos em curto prazo, avançar na integração regional. Além disso, o processo de redemocratização sofrido por ambos no mesmo período foi um fator que incentivou uma maior sintonia entre os projetos de inserção externa desses países.

Nos dias 29 e 30 de novembro de 1985, Sarney e Alfonsín se encontram pela primeira vez em Foz do Iguaçu para a inauguração de uma ponte denominada “Ponte Tancredo Neves”. Esta ponte, que passava sobre o Rio Iguaçu, ligava a Argentina e o Brasil. Na oportunidade, foi assinada a Declaração de Iguaçu. Esta assinatura da declaração resultou “da vontade política dos governos de iniciarem um processo de cooperação econômica e político-estratégica” (LEME, 2006, p. 115) e de acelerar o processo de integração bilateral.

A partir da assinatura da Declaração de Iguaçu, restou claro o comprometimento que Raul Alfonsín e José Sarney possuíam em garantir a manutenção e a plena restauração dos regimes democráticos. Para tanto, criou-se condições favoráveis para uma melhor inserção dos dois países no cenário internacional. Este primeiro encontro formal entre os presidentes partia de uma perspectiva desenvolvimentista. A assinatura da declaração possuía como objetivo o fortalecimento das duas economias, através da ampliação dos mercados internos e da complementaridade industrial. Além disso, os presidentes

Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem a sua participação.

Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para a revitalização das políticas de cooperação e integração entre as Nações latino-americanas. (Declaração de Iguazu, 29 e 30/11/1985)

Os sucessos obtidos nas negociações em Foz do Iguazu resultaram em um clima de crescente confiança e amizade. A partir de então, os presidentes iniciaram conversações que buscavam principalmente,

(...) promover as condições, por meio de gradativa integração bilateral do Brasil e da Argentina, para a criação de um mercado comum ao qual outros países poderiam associar-se depois e, (...) intensificar a cooperação para o desenvolvimento de setores capazes de gerar avanços científicos e tecnológicos fundamentais ao progresso e à autotransformação de suas economias, (...) a fim de evitar que, no sistema produtivo mundial, o Brasil e a Argentina fossem marginalizados da revolução científica. (BANDEIRA, 2010, p. 458)

A Declaração de Iguazu formalizou uma nova etapa nas relações bilaterais. Tanto Alfonsín, quanto Sarney acreditavam que para o êxito completo da cooperação, a sociedade civil deveria ter voz. Esta crença é totalmente compreensível, visto que, ambos haviam saído de longos anos de repressão militar. Para tanto, anunciaram, a criação da Comissão Mista de Alto Nível para a Cooperação e Integração Econômica Bilateral, abrindo posteriormente a possibilidade de associação do Uruguai. Esta comissão seria presidida pelos Ministros das Relações Exteriores dos respectivos Estados e integrada por funcionários do governo, bem como, por representantes dos setores empresariais. Nesta mesma lógica, assinaram, também, a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear que estabeleceu a cooperação nuclear para fins pacíficos.

A Declaração Conjunta sobre Política Nuclear representou, já em 1985 o anseio latente dos presidentes em,

“ressaltar a crescente cooperação inclusive através de projetos conjuntos de longo prazo, a complementação e a coordenação que vem sendo implementadas entre os dois países, as quais constituem instrumentos importantes para fortalecer a confiança recíproca e ampliar as respectivas capacidades tecnológicas” (Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, 30/11/1985)

A posição brasileira e argentina que determinou a assinatura de um tratado sobre a cooperação na área nuclear remontam ao final da década de 1960. Ambos haviam se recusado a ratificar o Tratado de Não-proliferação das Armas Nucleares (TNP), de 1968, por acreditarem possuir embasamentos extremamente

discriminatórios. Desde esta época, a atuação coordenada de ambos os países no plano externo buscava meios que possibilitassem manter abertos canais de suprimento de materiais e tecnologia nucleares, bem como justificar suas políticas e projetos nacionais no campo nuclear. Nos anos 1970 e 1980, Brasil e Argentina lançaram programas de pesquisa que tinham como objetivo características nitidamente militares. Como na época eles não tinham assinado o TNP, seus projetos não eram discrepantes com suas obrigações internacionais.

Os programas de pesquisa lançados tanto pelo Brasil quanto pela Argentina na década de 1970 e primeira metade da década 1980 já possuíam vários setores que tinham potencial para empreendimentos associados, entre eles destaca-se a formação de recursos humanos e a pesquisa aplicada para geração de energia elétrica. Possuir a capacidade de desenvolver a área nuclear era visto pelo governo brasileiro e argentino como um elemento chave para atingirem a autonomia tecnológica. Na Argentina, a busca dessa autonomia estava relacionada a questões de defesa, em razão dos embates fronteiriços com o Chile, em função do canal de Beagle. Para o Brasil, a autonomia se constituía em ferramenta para o desenvolvimento econômico. Os dois países possuíam como inspiração a consolidação do poder e o conseqüente aumento de sua segurança, contudo, a Argentina e o Brasil abandonaram seus projetos militares no final dos anos 1990 e aderiram ao TNP em 1995 e 1998 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 1986, já com a participação de Sanguinetti (presidente do Uruguai), Alfonsín e Sarney, reúnem-se em Buenos Aires. Na oportunidade os presidentes decidem acordar sobre um controle comum de fronteiras, além de políticas em matéria portuária e a ampliação das telecomunicações. Conjuntamente reafirmam o desejo de construir e implementar um tratado de cooperação e assistência regional para emergências alimentares. Em julho do mesmo ano, Sarney visita novamente Buenos Aires e assina com Alfonsín a Ata para Integração e Cooperação Econômica Brasileiro - Argentina e seus protocolos, que estabeleceram o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina.

Esta Ata previa a intensificação e a diversificação das trocas comerciais entre os dois países. Era composta, conforme Bandeira (2010, p. 458), por “12 protocolos, além de acordos secretos, sobre aviação militar e energia atômica”. Os protocolos

tratavam basicamente sobre bens de capital, trigo, abastecimento alimentar e expansão do comércio.

A Ata baseou-se nos princípios que mais tarde norteariam o Tratado de Assunção. A fim de permitir ajustes no ritmo e nos objetivos, mostrava-se flexível. Para avançar em etapas anuais, reforçava que o processo deveria ser gradual. Por último, a Ata também salientava a necessidade de se propiciar uma integração setorial uniforme, assim o equilíbrio entre as partes contratantes era muito importante.

A assinatura desta Ata tinha como objetivo aumentar o desenvolvimento econômico e reforçar a projeção internacional, tendo como principal pilar a busca por incrementar a autonomia tecnológica de cada país. O desenvolvimento tecnológico seria o instrumento de integração, “de geração de economias de escala e de independência e de redução do diferencial que separava os dois países e a região dos países centrais” (VARGAS, 1997, p. 9). A partir de agosto do mesmo ano ficava evidente o interesse do Uruguai, com Sanguinetti a frente da presidência, em participar do processo de integração junto ao Brasil e a Argentina. Assim, no dia 13 de agosto de 1986, os três presidentes assinaram em Brasília, acordos que tratavam a respeito da ampliação das trocas comerciais e sobre um contrato de cooperação científica e tecnológica.

Em dezembro de 1986, Sarney, Alfonsín e Sanguinetti se reuniram novamente em Brasília e assinaram vários acordos relativos à integração em diversos setores econômicos. Na oportunidade, Sarney e Alfonsín a Ata de Amizade Brasileiro - Argentina, abarcando temas como, a democracia, a paz e o desenvolvimento. Neste mesmo encontro assinou-se a Nova Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. No ano seguinte, os três presidentes assinam a Ata de Montevideú, pela qual foram definidas medidas relativas à cooperação fronteiriça e nuclear e à integração física. Após assinatura da Ata, são instalados comitês de fronteira da Argentina com o Uruguai, com as finalidades de resolver empecilhos de trânsito de veículos, pessoas e mercadorias. Esses comitês também teriam a função de fomentar o desenvolvimento e impulsionar a cooperação e integração regional.

A aproximação promovida por Sarney e apoiada com enorme interesse por Alfonsín, representava uma investida conjunta de ganhar confiança e adquirir

espaço no cenário internacional. A relação entre esses dois presidentes é vista como um dos momentos mais virtuosos da política sul-americana.

Sarney e Alfonsín, em 1985, começam a construir as pontes para um entendimento real. (...) O Mercosul nasce em 1985, floresce ao longo de entendimentos sucessivos e frutifica com pompa e circunstância em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. (AZAMBUJA, 2012, p. 80)

Como resultado do avanço e da abrangência dos entendimentos entre principalmente Sarney e Alfonsín, com o apoio de Sanguinetti, em fevereiro de 1988, foi realizado em Colônia (Uruguai) uma reunião onde, foram discutidos projetos de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai. Sarney e Alfonsín manifestaram satisfação pela decisão de Sanguinetti em buscar com tanta veemência associar-se ao processo de integração, promovido por eles, em graus e modalidades a serem acordados. Meses depois, em Buenos Aires, os três presidentes assinam a Decisão Tripartite nº 1 que deu início a integração entre os três países.

(...) o processo de integração tripartite é regido pelos princípios de gradualismo, de flexibilidade e de equilíbrio. (...) o setor de Transporte Terrestre foi identificado como o mais adequado para dar início ao processo de integração tripartite. Que o serviço de Transporte Terrestre resulta de uma importância para propiciar a intensificação dos contatos entre argentinos, brasileiros e paraguaios, inclusive nas áreas de fronteiras inerentes ao processo de integração tripartite e para viabilizar a ampliação e diversificação do intercâmbio comercial entre os três países. (Acordo Tripartite nº 1 - Transporte Terrestre/MRE, de 30/11/1988)

O processo, regido pelo gradualismo, flexibilidade e equilíbrio, levou em consideração as particularidades do Uruguai e os acordos bilaterais vigentes. Percebe-se a todo o momento que a busca pela integração era um desejo real dos Estados envolvidos. Não se buscava apenas acordos que poderiam ser revogados a qualquer momento. Os presidentes queriam uma integração efetiva, respeitando o tempo de cada Estado e sendo flexíveis ao ponto de não estremecer as relações. Assim, essa integração deveria acontecer através das regiões fronteiriças, visto a viabilidade de intercâmbio não só comercial, mas também turístico e cultural.

Em agosto de 1988, o Chanceler Argentino, Dante Caputo, visitou o Brasil e expôs para Abreu Sodré projetos que incluíam “desde uma maior desgravação tarifária até a construção de um gasoduto na região sul” (BARRETO, 2012, p. 60). Em novembro do mesmo, Os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, assinam o Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento, prevendo a

criação de um mercado comum no prazo de dez anos, mediante a remoção gradual de todos os “obstáculos tarifários e não tarifários à circulação de bens e serviços, bem como harmonizar e coordenar suas políticas aduaneiras” (BANDEIRA, 2010, p. 464), entre outras. Sublinha-se igualmente no tratado a necessidade de harmonização das políticas macroeconômicas para a configuração de um mercado comum.

O Tratado de Integração através do gradualismo e flexibilidade visava permitir a adaptação da sociedade e das empresas às novas condições de concorrência e legislação econômica e deveria ser ratificado pelos respectivos congressos dos Estados partes. Com a assinatura do tratado o “método de construção da estabilidade estrutural do relacionamento Brasil-Argentina dá um salto qualitativo ao evoluir da cooperação para a integração” (CANDEAS, 2010, p. 218). Este tratado fora embasado em vários acordos anteriores. Percebe-se logo em seu preâmbulo que o processo de integração não foi imposto, mas construído pelos países de maneira gradual ao longo as décadas.

O fato histórico que representa a Declaração de Iguazu, de 30 de novembro de 1985; A Ata para a Integração Brasileiro – Argentina e os progressos do Programa de Integração e Cooperação Econômica, de 29 de julho de 1986; A Ata de Amizade Argentino – Brasileira: Democracia, Paz e Desenvolvimento; A necessidade de consolidar definitivamente o processo de integração econômica entre as duas Nações, em um marco de renovado impulso à integração da América Latina; A decisão de ambos os Governos de preparar as duas Nações para os desafios do Século XXI, e Os compromissos assumidos pelos dois Estados no Tratado de Montevidéu, de 1980. (Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento, 19/11/1988)

Ainda em novembro, é assinada em Buenos Aires, a Decisão Tripartite nº 2, pelos presidentes da Argentina, do Brasil e do Uruguai, dando sequência ao processo de integração. Neste acordo, as áreas de comunicação, biotecnologia e de administração pública foram acrescidas a dos transportes terrestres. Devendo ser criados, posteriormente, grupos de trabalho para o estudo e negociação nessas áreas.

O Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento, foi extremamente significativo, pois marcou o fim da resistência dos vizinhos sul-americanos a um processo de integração efetiva. Foi iniciado pelo Brasil e Argentina e aberto para adesão das nações do continente.

Ao contrário do que ocorrera em 1915 (pacto ABC) e 1961 (Uruguaiana), o novo patamar de concertação entre os dois principais países da América do Sul não será visto como “sub-imperialismo” ou “antinorte-americanismo”, e produzirá interesse genuíno de adesão por parte dos vizinhos regionais. (CANDEAS, 2010, p. 219)

O ABC, Pacto de Não-Agressão, Consulta e Arbitragem, firmado pela Argentina, Brasil e Chile, em 1915, foi na época foi um acordo com a intenção explícita de consolidar a amizade entre os contratantes. Para alcançar o objetivo necessário, era preciso reafirmar entre eles o propósito de cooperação. Almejavam neste tratado, mediante a cordialidade, proporcionar a criação de uma comunhão de ideais e interesses comuns que afastassem qualquer hipótese de conflitos violentos no futuro. Este tratado foi uma forma encontrada pelos principais países latino-americanos de tentar responder a influência estadunidense na região e estabelecer um equilíbrio de consulta entre os três países envolvidos.

Na Declaração de Uruguaiana, em 1961, os chefes de Estado brasileiro (Janio Quadros) e argentino (Arturo Frondizi) assumiram vários compromissos, entre eles a orientação da política externa em função de sua condição sul-americana, e a adesão aos princípios de democracia, liberdade e desenvolvimento. O acordo ficava aberto à adesão de outros países da região. Neste tratado foram consagrados conceitos elementares para a concertação das políticas externas, “tais como o compromisso de informação e consulta, o princípio da responsabilidade continental (...) e a coordenação de posições em foros multilaterais” (CANDEAS, 2010, p. 190). Porém, países vizinhos viram com apreensão as tratativas realizadas em Uruguaiana. Alertaram para um possível sub-imperialismo, ressaltando a possibilidade de um pacto entre os dois grandes com vistas a estabelecer uma hegemonia perigosa para toda a América Latina, prejudicando toda a unidade continental.

O novo patamar de integração regional dos dois principais países sul-americanos, a partir do Tratado firmado em 1988, produziu grande interesse de adesão por parte dos países da região, sem o medo de serem dominados ou abafados pelos interesses das potências mais fortes. O MERCOSUL e mais recentemente a UNASUL decorreram desta postura de integração regional, iniciada em 1988, “sem o receio da reação negativa de potências extracontinentais” (CANDEAS, 2010, p. 219). O projeto de integração é hoje um patrimônio comum do Brasil e da Argentina que faz parte da identidade desses países.

Os anos de 1989 e 1990 foram marcados pela troca de presidentes na Argentina (Menem sucede a Alfonsín), no Brasil (assume a presidência Fernando Collor por meio das primeiras eleições diretas desde o golpe em 1964) e no Uruguai (Lacalle chega ao poder no lugar de Sanguinetti). A Argentina, em 1989, atingira um ponto crítico de sua crise econômica. Em razão desse fato, o presidente Alfonsín, foi levado a decidir por antecipar a posse do peronista Carlos Menem, seu sucessor. A população esperava por uma política que buscasse, e efetivamente trouxesse, a estabilização econômica. Menem, assim que iniciou seu mandato lançou a Argentina em uma política extremamente liberal e, visto os problemas enfrentados pelos argentinos, quase não possuiu opositores. Assumiu no início de julho de 1989 e no mesmo ano realizou uma visita ao Brasil. Esta visita ocorreu do 22 ao 23 de agosto e teve início na cidade de Uruguai, local onde foi instalado o Comitê de Fronteira. A etapa seguinte ocorreu na cidade de Brasília. Nesta oportunidade o presidente brasileiro reafirmou o compromisso com a integração, simbolizando que o empenho estava acima da mudança de governo (CORTÊS, 2010).

Em fevereiro de 1989 os presidentes José Sarney, e Julio Maria Sanguinetti, inauguram, na cidade de Jaguarão (Brasil), os comitês de fronteira Santana do Livramento-Rivera, Jaguarão-Río Branco e Santa Vitória do Palmar-Chuy. Ressaltando a importância dessas áreas no processo de integração. Apesar de todos os seus esforços, Sarney não conseguiu recuperar a imagem do país de maneira eficaz. Tal frustração se consumou principalmente pelas várias oscilações que a economia brasileira sofria em um curto período de tempo. Uma prova disso pode ser vista nos índices inflacionários alcançados nos dois últimos anos de seu governo, que atingiram uma média de mais de 1000%. Em 1989, foram realizadas eleições para a presidência do Brasil, sendo Fernando Collor de Mello eleito por voto popular, assumindo a presidência em 15 de março de 1990.

Collor herdou do governo anterior um mercado abalado, visto os fracassos dos repetidos planos de estabilização e a inflação astronômica. Quando assume, promete combater os problemas econômicos. Diante disso, iniciou uma política externa que visava a liberalização dos mercados. Lacalle assume a presidência do Uruguai e rapidamente começou a sua atuação com uma severa lei de ajuste fiscal que se propunha a abater a inflação e estabilizar a moeda.

Como resultado de todo o processo de integração, entre o Brasil e a Argentina, em seis de julho de 1990, Collor e Menem, na Ata de Buenos Aires, acordam pela institucionalização do Mercado Comum, com o intuito de cumprir os objetivos delimitados na Ata. Reduziu-se o prazo em quatro anos e meio, para a constituição de um espaço econômico comum, perdendo, assim o caráter estratégico que se possuía anteriormente. Os princípios do gradualismo, flexibilidade tão primados no Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento de 1988, haviam sido postos em segundo plano.

Tal audácia diplomática, quando menos, pode ser comparada à tentativa de se materializar um fenômeno inédito nunca antes experimentado na face da terra, qual seja, passar da velocidade do som à da luz com um simples passe de mágica! (LAVIOLA, 2004, p. 252)

Em 26 de março do ano seguinte é firmado o Tratado de Assunção, entrando em vigor em 29 de novembro do mesmo ano. Após as ratificações necessárias, além dos dois países, fez-se parte desta integração o Paraguai e o Uruguai. Esses dois países aderiram rapidamente ao tratado. Além do interesse do Brasil e da Argentina para que eles efetivassem suas posições junto ao acordo, temiam o isolamento econômico e a fragilização de suas relações comerciais na região.

Apesar da aceleração irrealista na criação do MERCOSUL, ele conseguiu ampliar o comércio e criar condições de integração física. Muitos dos problemas enfrentados no bloco resultam da perda do caráter estratégico ocorrida no período em que foi criado. Porém, assiste-se nas últimas décadas a um processo renascimento do MERCOSUL, com a finalidade de sanar os problemas existentes e transformá-lo em um bloco de eficácia compatível com suas intenções.

Um movimento necessário, porque nenhum dos países membros poderia arcar com o seu fracasso. Um fracasso do Mercosul seria impossível de administrar politicamente, escancararia ao mundo que mesmo num picadeiro pequeno, mesmo em escala menor, mesmo entre nós, somos incapazes de organizar um esquema de cooperação eficaz. Ou seja, o Mercosul se associa hoje à nossa autoestima. Sem o Mercosul, estaríamos sempre olhando sobre os nossos próprios ombros, com receio de ouvir alguém perguntar: “olha aqui, você quer o mundo e não é capaz sequer de organizar o seu próprio quintal?” De modo que o Mercosul tornou-se a fiança indispensável da nossa racionalidade. (AZAMBUJA, 2012, p. 83)

O esforço do Brasil e da Argentina ao longo da história em vencerem as rivalidades possibilitou que na década de 1980 fossem assinados diversos tratados, que pouco a pouco consolidaram na integração entre ambos. Em 1988, a integração

foi definitivamente consolidada, venceram-se todos os resquícios de confrontos passados e firmou-se o eixo Brasília-Buenos Aires. A relação que iniciou de forma bilateral expandiu-se ao ponto de aceitarem novos países no processo de integração regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se no presente trabalho que desde os primórdios da história, as relações entre o Brasil e a Argentina, oscilaram entre a rivalidade e a cooperação em decorrência, principalmente, das formas de governos. Durante o período correspondente ao governo Castello Branco (1964-1967), devido ao alinhamento incondicional com os EUA, a América Latina passou a ocupar uma posição secundária na política externa. Na Argentina, Juan Carlos Onganía (1966-1970) possuía a mesma posição ideológica de Castello Branco. Seu nacionalismo militar tornava inviável qualquer avanço efetivo na integração com os países da região.

No governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969), o Brasil se desvencilhou do alinhamento incondicional com os EUA. Esta posição pressupunha maior integração com a região sul-americana. Porém, a integração efetiva nunca ocorreu, Costa e Silva preferiu desenvolver com os vizinhos uma cooperação no seio dos órgãos multilaterais globais e regionais, buscou principalmente relacionar-se com a região por meio da CECLA.

No período correspondente ao governo de Médici (1969-1974), rejeitou-se o alinhamento automático com os EUA. Durante sua gestão, priorizou-se a multiplicação de parcerias bilaterais. Porém, a América Latina, apesar de receber atenção por parte do presidente, não foi alvo de nenhum processo de cooperação e integração mais efetivo. Na Argentina, os governos de Levingston (1970-1971) e Lanusse (1971-1973) tentaram aproximar-se com os países vizinhos. Porém, quanto ao Brasil, não existiram políticas concretas que visassem a integração.

Ainda na Argentina, com a eleição de Perón (1973-1974), parecia que o processo de cooperação latino-americano seria efetivado. Perón acreditava que a integração sul-americana ocorreria por meio do crescente desenvolvimento brasileiro. Porém, em razão do golpe em 1976, o desejo de cooperação foi adiado sem possuir uma perspectiva em curto prazo.

Durante todo o regime militar, percebeu-se que havia mais momentos de rivalidade entre o Brasil e a Argentina do que momentos de cooperação. Visto que, os governos eram influenciados pela lógica bipolar da guerra fria. Não havia condições favoráveis na conjuntura internacional para uma integração regional. A partir de Costa e Silva, percebeu-se que os governos brasileiros conseguiram manter um senso de oportunidade, passou-se a utilizar mais o setor externo para

auxiliar no crescimento econômico do país. Esta mudança de postura estava condicionada a mudanças ocorridas no sistema internacional. Os dois grandes, EUA e União Soviética iniciaram, na época, a perder pouco a pouco o controle total do cenário internacional. A Europa ocidental e o Japão, por exemplo, estavam durante a década de 1970 em pleno processo de desenvolvimento. Diante disso, a política externa brasileira teve oportunidades de manobrar com certa desenvoltura dentre seus vizinhos do terceiro-mundo.

Até o início da década 1980, as hostilidades e a desconfiança entre Brasil e Argentina eram frequentes. Este quadro começa a ser modificado quando Figueiredo (1979-1985) assume a presidência. No período, a América Latina passou a ser definitivamente a área prioritária de atuação brasileira. Foi com ele que houve um impulso integrador. Quando a Argentina declara guerra as Malvinas o Brasil, apesar de condenar os métodos utilizados na guerra, adota uma posição favorável ao país vizinho.

A partir do processo de redemocratização, com chegada ao poder de Alfonsín e Sarney as rivalidades deram espaço à cooperação efetiva e posteriormente a integração regional. O grau de confiança e a profundidade alcançada nas relações bilaterais no período permitiram ao Brasil e a Argentina projetar uma visão comum de integração regional. Na época, esta integração era extremamente necessária, visto os acontecimentos vividos nas décadas anteriores.

Quando Alfonsín assume o poder, deparou-se com a difícil missão de recuperar uma nação ferida, devido ao fracasso nas Malvinas e uma economia debilitada e desacreditada em âmbito internacional. Esses problemas, mais cedo ou mais tarde, fizeram com que o presidente percebesse que seria praticamente impossível concertar o país sem a cooperação dos países vizinhos. Sarney, quando assume a presidência, recebe um país que também atravessada uma crise econômica e possuía alguns traumas sofridos no período militar, em decorrência opressão e falta de liberdade de expressão principalmente da população.

Tanto a Argentina, quanto o Brasil, entraram na década de 1980 extremamente endividados e com uma conjuntura internacional que não os favorecia. Deste modo, os primeiros passos para a integração a partir de 1985, visavam construir um apoio recíproco diante das dificuldades internacionais. A Declaração de Iguaçu seria apenas o primeiro passo para um grande projeto

integracionista. Ela inaugurou uma nova forma de diálogo, baseado na confiança e na crença os interesses políticos e econômicos de diferentes países poderiam ser compatíveis. Pode-se perceber que o eixo inicialmente bilateral consolidou seu papel estruturante no processo de integração das relações regionais, fazendo de ambos, países líderes e potências regionais.

A grande contribuição que José Sarney e Raúl Alfonsín deixaram para a história foi a integração regional. Os dois presidentes dirigiram um processo incomum de aproximação, transformando a região sul da América do Sul. A grande dificuldade que esses presidentes encontraram é que nem Alfonsín, nem Sarney, tinham grandes espaços na política interna dos seus países. Um sabia que seu país era praticamente todo peronista, que havia sido eleito por não ter no momento um adversário capaz de desbancá-lo. O outro era consciente de que a morte de Trancredo foi o motivo que o levava a presidência.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Oswaldo. **Limite, fronteira e paz**. In: BRIGAGÃO, Clóvis, org; FERNANDES, Fernanda, org. **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: Editora FUNAG, 2012.

Acordo Tripartite nº 1. **Transporte Terrestre/MRE**. Buenos Aires, 30/11/1988. (disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html>, acessado em: 04/08/2014).

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. **O reordenamento Sarney-Alfonsín**. In: Seminário da Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a Interação Regional**. Brasília: Editora FUNAG, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 3ª edição, 2010.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política após a Redemocratização: Tomo I – 1985-2002**. Brasília: Editora FUNAG, 2012.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 11ª edição, 2009.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: História de uma idéia na “visão do outro”**. Brasília: Editora FUNAG, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **A política exterior da Argentina: 1945-2000**. In: **Argentina: visões brasileiras**. Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Observações sobre a visão Argentina das política internacional de 1945 até hoje**. In: **Argentina: visões brasileiras**. Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

CORTÊS, Octávio Henrique Dias Garcia. **A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: Editora FUNAG, 2010.

Declaração Conjunta sobre a Política Nuclear. Foz do Iguaçu. 30/11/1985. (disponível em: <http://www.abacc.org.br/?p=559>, acessado em: 04/08/2014).

Declaração de Iguazu. 29 e 30/11/1985. (disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/, acessado em: 04/08/2014).

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Editora FUNAG, 2014.

ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. **A Convergência Macroeconômica Brasil-Argentina: Regimes Alternativos e Fragilidade Externa**. Brasília: Editora FUNAG, 2004.

FILHO, Pio Penna. **A América Latina, Sua Integração e Sua Inserção no Mundo Globalizado**: In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, org; LESSA, Antônio Carlos, org. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FRANCO, Geisa Cunha. **Opinião Pública e Política Externa na Abertura Democrática Brasileira**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

FRAGA, Rosendo. **A experiência Histórica no Brasil e na Argentina de 1966 a 1983: começo da convergência**. In: LLADOS, José Maria, org; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. **Perspectivas Brasil e Argentina Volume I**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

HIRST, Mônica. **Brasil-Argentina à Sombra do Futuro**. In: LLADOS, José Maria, org; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. **Perspectivas Brasil e Argentina Volume I**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

LAVIOLA, Mauro Oiticica. **Integração Regional: Avanços e Retrocessos**. São Paulo: Editora Aduaneira, 2004.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos da política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luis Inácio Lula da Silva**. Brasília: Editora FUNAG, 2011.

LEME, Álvaro Augusto Stumpf Paes. **A Declaração de Iguazu (1985): A nova Cooperação Argentino-Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. (disponível em: site da UFRGS - <http://hdl.handle.net/10183/8444>, acessado em: 22/07/2014).

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na Política Externa Brasileira: A política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** Brasília: Editora FUNAG, 2011.

MAIA, Rodrigo Lourenço da Costa. **Relações Brasil-Argentina durante os Governos Sarney e Alfonsín**. Revista Eletrônica Boletim do Tempo. Rio de Janeiro, Ano 6, N° 6, 2011. (disponível em: site da Revista o Tempo Presente – <http://www.tempopresente.org>, acessado em: 04/12/2013).

MORAIS, José Luis Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 7ª edição, 2012.

MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Política Externa do Governo Sarney: A Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 3ª edição, 2012.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Política externa do governo Castello Branco (1964-1967) para o continente americano**. Revista de Relações Internacionais no Mundo Atual. Curitiba, Vol. 2, N° 12, 2010. (disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/>, acessado em: 01/08/2014).

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. Buenos Aires. 29/11/1988. (disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_100/, acessado em: 04/08/2014).

VARGAS, Everton Vieira. **Átomos na Integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Vol. 40, N° 1, 1997. (disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000100003>, acessado em: 20/07/2014).

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **A Integração Sul-Americana como um Projeto brasileiro: De Uruguiana às Malvinas**. In: Seminário da Fundação Alexandre de Gusmão. **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: Editora FUNAG, 2012.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **A Nova Ordem Mundial**. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de, org; LESSA, Antônio Carlos, org. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Experiência Histórica do Brasil e da Argentina Contemporâneos: Autoritarismo e Desenvolvimento (1964-1985)**. In: LLADOS, José Maria, org; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. **Perspectivas Brasil e Argentina Volume I**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.